



# Economia Verde: Desafios e Oportunidades

Como a América Latina, principalmente o Brasil  
tem se comportado diante das possibilidades  
e transformações

Desde 2008, quando lançado o Green Economy Initiative (GEI) no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o conceito de economia verde vem evoluindo. A economia verde é um assunto prioritário na atualidade, focando na sustentabilidade e na eficiência ambiental. Além de transformar práticas comerciais e industriais, influencia profundamente o mercado jurídico. Regulamentações e normas legais desempenham papel fundamental ao moldar diretrizes para o desenvolvimento sustentável, promovendo a conservação de recursos naturais e a redução de emissões de carbono. Essa interseção não apenas busca conciliar interesses econômicos e ambientais, mas também redefine a governança corporativa e a responsabilidade social.

De olho na importância dessa pauta, o The Latin American Lawyer questionou alguns sócios gabaritados de áreas relacionadas ao tema, para entender como a América Latina, principalmente o Brasil tem se comportado diante das possibilidades e transformações diante da economia verde. Perguntamos sobre os principais desafios e quais são os carro-chefe da economia verde, e como eles tem atuado para colaborar com o crescimento sustentável.

## PRINCIPAIS DESAFIOS DA ECONOMIA VERDE



GUILHERME MOTA

Em 2023 foi lançado o Plano de Transformação Ecológica (PTE). Desde então é inegável que avanços ocorreram nos planos internacional e nacional para a consecução de uma economia verde, mas, na opinião de **Guilherme Mota**, sócio da prática ambiental do **Lefosse**, um longo caminho ainda precisa ser percorrido. “Mesmo antes da concepção do PTE, evoluções regulatórias relevantes ocorreram no sistema financeiro brasileiro para obrigar o disclosure de

informações adequadas de sustentabilidade, esforços evidentes foram envidados no fomento à transição energética e ações diversas vêm sendo idealizadas em relação à economia circular. Contudo, alguns gargalos históricos continuam presentes, até mesmo para os pontos mais fortes que se revelam no Brasil. Regulação, financiamento, incentivos, e uma arraigada cultura de judicialização ainda se revelam como entraves”, analisa.



FERNANDA STEFANELO

O Brasil já possui parte de suas atividades englobadas dentro do conceito de econômica verde, é o que defende **Fernanda Stefanelo**, sócia das áreas de ambiental e de

ESG do **Demarest**. “O Brasil tem um grande potencial e poderá traçar um caminho de vantagem competitiva frente aos demais, considerando as fontes renováveis de energia, a extensa biodiversidade e áreas florestadas e as possibilidades de novos negócios mais sustentáveis que têm aumentado cada vez mais no país”. Entre os desafios, ela destaca que o econômico é um deles, tanto que o próprio Plano de Transformação Ecológica o traz como um eixo de atuação, buscando focar em emissão de títulos verdes, no desenvolvimento do mercado de carbono e na implementação de regulações envolvendo mudanças climáticas.

Tanto **Fabricio Soler**, sócio das áreas de ambiente, sustentabilidade e resíduos, entre outras no **Felsberg Advogados**, quanto **Daniela Mota**, sócia das mesmas áreas no escritório, defendem que os principais desafios da economia verde envolvem a transformação dos modelos de



FABRICIO SOLER



DANIELA MOTA



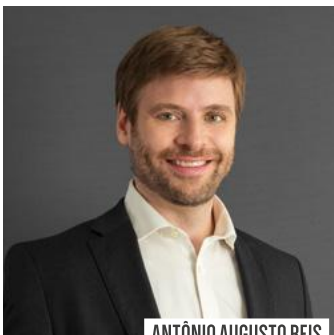
SOPHIA FRAGELLI

negócios, exigindo mudanças tanto nas práticas industriais e de produção, quanto de consumo – o que muitas vezes está na contramão do modelo tradicional capitalista.

“As agendas de Economia Circular e ESG têm motivado a incorporação dessas práticas no cotidiano das empresas, incentivando a destinação de

resíduos sólidos, logística reversa, utilização da biodiversidade, redução de emissões de gases de efeito estufa, adoção de energias renováveis e uso eficiente dos recursos naturais. A criação de políticas públicas que apoiem essas mudanças também é fundamental”.

Essa também é a lógica de entendimento de **Sophia Fragelli**, consultora de ESG do **Kincaid Mendes Vianna Advogados**. “Apenas ao garantir que as práticas internas estejam solidamente estabelecidas, será possível influenciar positivamente e de forma eficaz as práticas na cadeia de valor externa”, diz.



ANTÔNIO AUGUSTO REIS

Para **Antônio Augusto Reis**, sócio da prática de Direito ambiental e mudanças climáticas do **Mattos Filho**, no caso do Brasil, pode-se dizer que existem dois principais

obstáculos: a falta de regulamentação sobre a matéria e a consequente insegurança jurídica para as práticas sustentáveis e a ausência de

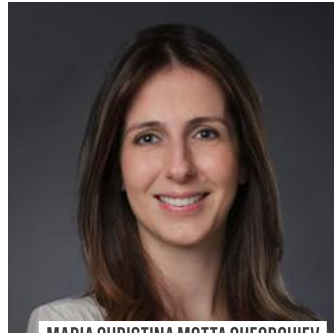
incentivos fiscais e financeiros para impulsionar investimentos em novas tecnologias que ainda não são viáveis economicamente, mas podem contribuir de forma significativa para uma transição para uma economia de baixo carbono.

Segundo **Maria Christina Motta Gueorguiev**, sócia da área Ambiental e

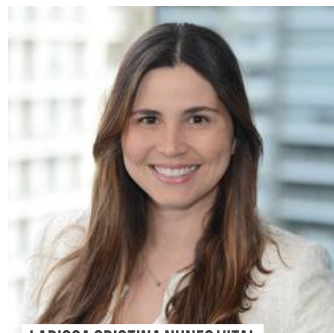
**Larissa Cristina Nunes Vital**, associada da mesma área, ambas integrantes do Comitê Estratégico ESG do **Veirano Advogados**, no Brasil os principais desafios são a criação de um marco regulatório sobre descarbonização e mercado de carbono, maior investimento em P&D, além do desenvolvimento de políticas públicas orientadas e conscientização do poder público e sociedade em geral.

**Juliana Pretto Stangerlin**, sócia de Souto Correa na área de ambiental & sustentabilidade e ESG pontua como maiores dificuldades a implementação de políticas públicas, incluindo

incentivos fiscais, subsídios e taxas que atraiam investimento privado, estimulem a adoção de tecnologias verdes e fomentem a nova industrialização nacional. “Também são fundamentais segurança jurídica partir de regras claras; avanços na infraestrutura e logística e nas tecnologias de armazenamento de energia; além do efetivo combate ao desmatamento ilegal,



MARIA CHRISTINA MOTTA GUEORGUIEV



LARISSA CRISTINA NUNES VITAL



JULIANA PRETTO STANGERLIN



PATRICIA MEDANHA

fundamental para alcançar as metas climáticas e para atrair o capital necessário para financiar a transição energética”, considera.



LUCIANA GIL

**Patrícia Mendanha e Luciana Gil**, sócias das áreas de mineração e ambiental do **Bichara Advogados** concordam que no Brasil, a insegurança

jurídica pode ser considerada um dos principais desafios para o desenvolvimento sustentável pautado em ativos verdes. “Essa insegurança decorre especialmente da ausência de regulamentação do mercado de créditos de carbono, bem como da inexistência de critérios consolidados sobre taxonomia sustentável. Além disso, o desafio também decorre dos riscos de imagem atrelados a projetos com foco ambiental, seja diante da fiscalização usualmente descoordenada realizada pelos órgãos de controle ou da ampla possibilidade de responsabilização por impactos ao meio ambiente. Atrelado a esses fatores, tem-se que ainda não há, no Brasil, uma estrutura sistematizada de financiamento



LEONARDO LAMEGO



SVETLANA MIRANDA

ambiental ou climático, na qual sejam abrangidas formas eficientes de tributação diferenciada ou de disponibilização de recursos públicos advindos de Fundos para o desenvolvimento de projetos em economia verde”.

De acordo com **Leonardo Lamego** e com as advogadas **Svetlana Miranda e Marina Correa** da área de ambiental e recursos naturais do **Azevedo Sette**,



MARINA CORREA

a complexidade e fragilidade da legislação ambiental brasileira, necessidade de mudanças estratégicas na cultura e na mentalidade empresarial, a falta de investimento em infraestrutura e tecnologia e de cooperação e coordenação entre as empresas, e ainda uma regulamentação insuficiente são os pontos de desafio. “A transição para economia verde transcende a camada das decisões governamentais efetivas e do desenvolvimento de tecnologias e inovações, mas engloba a necessidade de adoção de novo modo de produção, consumo e organização social”.

## ECONOMIA VERDE: CARROS-CHEFE NA AMÉRICA LATINA

Na América Latina, a transição energética, energias renováveis e biocombustíveis, e o enorme potencial para a geração de créditos de carbono e o estabelecimento de um sistema agroalimentar de baixo carbono, despontam como carros-chefe quando o assunto é economia verde, na opinião de **Guilherme Mota**. Ele ainda considera que o Brasil já revelou que, mais do que ter um potencial, já é de fato um dos mais relevantes players em renováveis no cenário global. “Somado a isso, temos já um cenário regulatório e de incentivos que potencializa a nossa participação em biocombustíveis. Quanto ao potencial de geração de créditos de carbono, mesmo que algumas barreiras regulatórias ainda precisem ser superadas de modo a fomentar projetos com tal natureza, o

país tem clara vocação para tomar a dianteira do tema no cenário mundial. Em relação ao sistema agroalimentar, apesar de ainda existirem discussões relacionadas a uma outra metodologia, fato é que o potencial de estruturação de uma enorme base de agricultura de baixo carbono é real”, confirma.

**Fabricio Soler** e **Daniela Mota** posicionam que na América Latina, a economia verde está sendo impulsionada por várias iniciativas, como a gestão de resíduos através da economia circular e logística reversa, a substituição da matriz energética por fontes renováveis, o investimento em tecnologias mais limpas e eficientes e a agricultura sustentável. O Brasil é um país muito rico em recursos naturais, possuindo potencial na exploração de seu patrimônio genético, florestal, podendo expandir negócios utilizando-se da sua rica biodiversidade e diversidade de biomas na oferta de soluções sustentáveis, especialmente em resposta às demandas impulsionadas pelas mudanças climáticas.

**Antonio Augusto Reis** indica que as principais abordagens características da América Latina que podem ser considerada os carros-chefes para a consolidação da economia verde são: os projetos florestais no âmbito do mercado de carbono, especialmente nos países amazônicos, as soluções baseadas na natureza; os biocombustíveis ou combustíveis de baixo carbono, como o etanol, biometano e hidrogênio verde têm sido objeto de investimentos relevantes em países da América Latina. Reforça-se o potencial desses biocombustíveis quando analisamos o dado da Agência Internacional de Energia que afirma que a América Latina terá 15% da capacidade global de produção de hidrogênio verde.

**Maria Christina Motta Gueorguiev**, e **Larissa Cristina Nunes Vital**, concordam que na América Latina, destacam-se a oferta de energias renováveis, recursos naturais e biocombustíveis, como o etanol e o biometano. A disponibilidade florestal, especialmente em países com biomas como a Amazônia, contribui para ser uma catalizadora da descarbonização

por meio do combate ativo ao desmatamento. Além disso, recentemente, o governo instituiu o Programa Selo Verde Brasil (Decreto 12.063/2024) para promover produtos brasileiros em conformidade com legislação ambiental e práticas sustentáveis que já são aplicadas no país. Esse selo pode agregar valor aos produtos ao reconhecer suas boas práticas, tanto interna quanto externamente.

**Juliana Pretto Stangherlin**, destaca ampliação da geração de fontes de energia renovável como eólica e solar; produção de hidrogênio verde; produção de biocombustíveis como biogás, biometano e etanol de segunda geração; eletrificação de frotas; novas tecnologias voltadas à eficiência energética e à gestão de resíduos, reciclagem e economia circular; agricultura mais sustentável, com soluções de rastreabilidade da cadeia; e implementação de mercados de carbono.

**Patrícia Mendanha** e **Luciana Gil** indicam que há grande potencial de exploração sustentável dos ativos da biodiversidade e de regeneração e manutenção de florestas. Apenas no território brasileiro estão localizadas 20% das espécies do planeta, presentes em seis biomas terrestres, três ecossistemas marítimos e na Amazônia, reconhecida como a maior floresta tropical do mundo. O Brasil também é um grande protagonista no setor energético, com uma matriz majoritariamente renovável proveniente de fontes limpas e de baixo carbono, como eólica, solar e hídrica. O aprimoramento do setor e alocação de mais recursos poderá ser fator determinante para a transição energética na América Latina e no mundo.

**Leonardo Lamego**, **Svetlana Miranda** e **Marina Correa** elaboraram uma tabela com os países da América do Sul que possuem a maior porcentagem de fontes limpas de energia (hidrelétrica, eólica, solar e hidrogênio) em sua matriz energética, incluindo a produção em megawatts (MW). As fontes de alta credibilidade utilizadas para esta resposta incluem relatórios da Agência Internacional de Energia (AIE), Banco Mundial, e dados de agências governamentais de energia dos respectivos países. (Ver tabela\*)

\*Tabela preparada pelos sócios de **Azevedo Sette** com os países da América do Sul que possuem a maior porcentagem de fontes limpas de energia (hidrelétrica, eólica, solar e hidrogênio) em sua matriz energética, incluindo

a produção em megawatts (MW).

Ranking de países por porcentagem de fontes limpas na matriz energética em produção em MW

|    | PAIS       | PORCENTAGEM | MW         | FORTE                       |
|----|------------|-------------|------------|-----------------------------|
| 1  | Paraguai   | 99%         | 8.800 MW   | AIE, Banco Mundial, ANDE    |
| 2  | Uruguai    | 98%         | 3.000 MW   | AIE, Banco Mundial, UTE     |
| 3  | Costa Rica | 98%         | 2.800 MW   | AIE, Banco Mundial, ICE     |
| 4  | Brasil     | 83%         | 150.000 MW | AIE, Banco Mundial, ANEEL   |
| 5  | Colômbia   | 70%         | 17.000 MW  | AIE, Banco Mundial, UPME    |
| 6  | Peru       | 60%         | 6.000 MW   | AIE, Banco Mundial, MINEM   |
| 7  | Equador    | 55%         | 5.000 MW   | AIE, Banco Mundial, CELEC   |
| 8  | Chile      | 45%         | 7.000 MW   | AIE, Banco Mundial, CNE     |
| 9  | Bolívia    | 40%         | 2.000 MW   | AIE, Banco Mundial, ENDE    |
| 10 | Argentina  | 25%         | 10.000 MW  | AIE, Banco Mundial, CAMMESA |

\*Fontes Utilizadas:

Agência Internacional de Energia (AIE): [www.iea.org](http://www.iea.org); Banco Mundial: [data.worldbank.org](http://data.worldbank.org)

Agências Governamentais de Energia:

Paraguai: ANDE ([www.ande.gov.py](http://www.ande.gov.py)); Uruguai: UTE ([www.ute.com.uy](http://www.ute.com.uy)); Costa Rica: ICE ([www.grupoice.com](http://www.grupoice.com)); Brasil: ANEEL ([www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)); Colômbia: UPME ([www1.upme.gov.co](http://www1.upme.gov.co)); Peru: MINEM ([www.minem.gob.pe](http://www.minem.gob.pe)); Equador: CELEC ([www.celec.gob.ec](http://www.celec.gob.ec)); Chile: CNE ([www.cne.cl](http://www.cne.cl)); Bolívia: ENDE ([www.ende.bo](http://www.ende.bo)); Argentina: CAMMESA ([www.cammesa.com](http://www.cammesa.com))

**Conclusão:** A tabela acima reflete os esforços dos países sul-americanos em adotar fontes de energia limpa, destacando a importância de hidrelétrica, eólica, solar e hidrogênio em suas

matrizes energéticas. O Paraguai, Uruguai e Costa Rica lideram o ranking, demonstrando um compromisso significativo com a sustentabilidade e a redução de emissões de carbono.

